

PLANO DE TRABALHO

DISCIPLINA	EU-SOUTH AMERICAN SCHOOL ON GLOBAL GOVERNANCE								
DOCENTE	PAULA WOJCIKIEWICZ ALMEIDA								
CÓDIGO	GRDDIRATCE5784	SEMESTRE	2022.1	PERÍODO	-	NATUREZA	ATCE	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	História e construção da União Europeia; O sistema institucional da União Europeia e políticas inovadoras; Democracia na EU: processo decisório, legitimidade e déficit democrático; Tributação internacional: modelos europeu e brasileiro; Papel da União Europeia em um mundo pós ocidental; Relações da EU com o Oriente Médio; Direito substantivo da EU: regulamentação dos regimes de investimentos estrangeiros; Questões contemporâneas de; Direito Internacional: regime de mudanças climáticas; A interação entre o Tribunal de Justiça da EU e da Corte Europeia de Direitos Humanos; Discriminação com base em gênero em litígios de direitos humanos em Cortes Internacionais; Reformas regulatórias e regulação multi-nível na UE e no Brasil; O sistema institucional do MERCOSUL: a estrutura institucional de base, a ordem jurídica e a implementação do direito do MERCOSUL; O sistema de solução de controvérsias e a sanção no direito mercosulino.								
OBJETIVOS	Estimular o ensino, a pesquisa e a reflexão de temas relacionados as práticas da União Europeia em governança global e relevância para a América do Sul, bem como uma variedade de tópicos nas três principais áreas de pesquisa do Centro: Regulação Global; Litigância Global; e Direitos Humanos e Democracia.								
METODOLOGIA	A metodologia adotada será diversificada. Buscar-se-á, ao máximo, a construção do conhecimento em sala de aula, com debates dirigidos conforme leitura prévia, aliado a exposição de conteúdo. Para isso, a será utilizada metodologia expositiva e participativa, bem como demais recursos didáticos, inclusive digitais. A maior parte dos pontos da disciplina será contextualizada mediante situações-problema específicas, o que pressupõe uma constante participação do aluno em sala de aula.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Apresentação do curso e aula inaugural. (Obs.: A proposta de aulas abaixo está sujeita a modificações e será modulada conforme a disponibilidade dos professores participantes e o calendário acadêmico).								
2	História e construção da União Europeia								
3	O sistema institucional da União Europeia e políticas inovadoras								
4	Democracia na UE: processo decisório, legitimidade e déficit democrático								
5	Tributação internacional: modelos europeu e brasileiro								
6	Papel da União Europeia em um mundo pós ocidental								
7	Relações da UE com o Oriente Médio								

8	Direito substantivo da UE: regulamentação dos regimes de investimentos estrangeiros
9	Questões contemporâneas de Direito Internacional: regime de mudanças climáticas
10	A interação entre o Tribunal de Justiça da UE e da Corte Europeia de Direitos Humanos
11	Discriminação com base em gênero em litígios de direitos humanos em Cortes Internacionais
12	Reformas regulatórias e regulação multi-nível na UE e no Brasil
13	O sistema institucional do MERCOSUL: a estrutura institucional de base, a ordem jurídica e a implementação do direito do MERCOSUL
14	O sistema de solução de controvérsias e a sanção no direito mercosulino.
15	Avaliação
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Trabalho de conclusão de curso no formato de artigo acadêmico, de acordo com as especificações indicadas no material de curso.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. Mercosur dispute settlement system. In: Hélène Ruiz-Fabri. (Org.). Max Planck Encyclopedia of International Procedural Law. 1ed. Oxford: OUP, 2019, v. 1, p. 1-1000.</p> <p>FONTAINE, P. Uma ideia nova para a Europa — A declaração de Schuman 1950-2000, ed. Serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2ª ed., 2000, 43 p., disponível em: https://hip.lisboa.ucp.pt/edocs/cde/2007_1622.pdf.</p> <p>BORCHARDT, Klaus-Dieter. O ABC do direito da União Europeia. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2017, p. 61-89, disponível em: https://publications.europa.eu/fr/publication-detail/-/publication/f8d9b32e-6a03-4137-9e5a-9bbaba7d1d40.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. A execução do Direito da Integração do Mercosul: uma limitação da autonomia dos Estados-partes. <i>Novos Estudos Jurídicos (UNIVALI)</i> (Cessou em 2007. Cont. ISSN 2175-0491 <i>Novos Estudos Jurídicos (Online)</i>), v. 14, p. 155-168, 2009.</p> <p>ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. The Challenges of the Judicial Dialogue in Mercosur. <i>Law and Practice of International Courts and Tribunals</i>, v. 3, p. 1-20, 2015.</p> <p>ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. The case of Mercosur. In: ULFSTEIN (G.), RUIZ-FABRI (H.), HOWSE (R.). (Org.). <i>The Legitimacy of International Trade Tribunals</i>. 1ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, v. 1, p. 227-254.</p> <p>ESTY, Daniel. Good Governance at the Supranational Scale: Globalizing Administrative Law. In: <i>Yale Law Journal</i>, vol. 115, 2006, p. 1493-1521</p> <p>VON BOGDANDY, Armin; PHILIPP, Dann; GOLDMANN, Matthias. Developing the Publicness of Public International Law: Towards a Legal Framework for Global Governance Activities. In: <i>German Law Journal</i>, vol. 9, 2008, p. 1375-1400.</p>